

A hora e a vez do Congresso

Marcus Figueiredo

Por que o nosso Congresso é tão mal visto pela população? Parece uma pergunta tola, se não ingênuas. As respostas surgem rapidamente: está cheio de gazeteiros; a CPI do orçamento virou meia pizza etc. Tais respostas refletem o estado de espírito da população, e, em todas as pesquisas de avaliação do desempenho das instituições, o Congresso e os políticos estão sempre no fim da lista. Há, por parte da população, um extraordinário desencanto com o Congresso.

A taxa média histórica de renovação do Congresso é de 55%, absurdamente alta comparada com os parlamentos europeus e dos Estados Unidos, aí com taxa histórica de 5% a cada eleição! Parte dessa enorme renovação que temos, a cada quatro anos, vem dos parlamentares que não se candidatam à reeleição porque vão disputar outros cargos ou porque simplesmente desistem de concorrer, por qualquer motivo. Neste ano, segundo levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), 15% dos atuais congressistas não vão concorrer à reeleição. A maior parte deles concorre a outros postos — governador ou senador — e muitos são hoje prefeitos. Mais impressionantes ainda são os dados de recente pesquisa do Datafolha: nos 11 maiores estados da União pesquisados, das 22 vagas em disputa para o Senado 18 delas, com certeza, serão renovadas!

E a Câmara? As projeções mais conservadoras indicam uma renovação da ordem de 65% e as mais entusiásticas chegam a falar em taxas mirabolantes de 75% a 80% de renovação. É extremamente difícil qualquer pessoa fazer uma projeção minimamente confiável sobre a renovação da Câmara, pois ninguém dispõe de pesquisa que pudesse indicar as intenções de voto dos eleitores para deputado federal. Tradicionalmente, as pesquisas de opinião indicam que, pelo menos, 2/3 do eleitorado decidem em quem votar para deputado nas 24 horas antes da votação. Ficamos, então,



restritos às projeções precárias: a história eleitoral e as estimativas que os líderes dos partidos fazem.

A história eleitoral nos dá algumas dicas. Primeiro, o candidato a governador triunfante puxa votos para sua bancada, pela simples razão de que fica mais fácil convencer o eleitor estando ao lado de um vencedor. Segundo, os partidos detentores de redutos eleitorais controlam mais facilmente seu eleitorado e as lideranças locais, tais como prefeitos, médicos, gerentes de banco e outros indicam aos eleitores quem são os "amigos da terra". Terceiro, nos centros urbanos os líderes partidários convertem-se em puadores de voto, basicamente por estarem sempre mais expostos ao

eleitorado por intermédio da mídia. Com esses indicadores precários não devemos ir muito além do que a história nos diz: uma renovação da ordem de 55% a 60%, o que já é muito.

Embora a renovação da Câmara deva ficar no mesmo patamar de sempre, o mesmo já não podemos falar da sua composição, especialmente quanto à fragmentação partidária: ou seja, a proporção de cadeiras que cada partido deverá obter. Aqui, a história e as lideranças partidárias nos dão boas dicas. Os detentores de redutos, como o PFL, o PPR, o PMDB e agora o PP, deverão manter ou perder um pouco das cadeiras que têm, pois seus candidatos a governador são fracos

nos grandes estados, com a exceção de Antônio Britto, no Rio Grande do Sul. O PSDB lidera, e deve ganhar em três grandes estados: São Paulo, Rio e Ceará, fazendo crescer a sua bancada. O PT, apesar de ter poucas expectativas de vitórias para governador, é um partido cuja bancada vem dobrando de tamanho a cada eleição, por conta do uso eficiente da mídia e principalmente dos programas eleitorais. Assim, considerando tais influências, alguns líderes e especialistas projetam uma Câmara de Deputados com cinco partidos líderes que, juntos com seus satélites, formarão grupos que deverão ocupar, cada um, cerca de 20% das cadeiras.

Este cenário não é dos melhores, devido à alta taxa de fragmentação prevista. Dessa forma, o importante passa a ser quem serão os eleitos. Em 1994, os partidos têm uma rara oportunidade de levar a população a fazer uma escolha mais consciente, e não deixando para a última hora. A lei eleitoral, em que pese seus graves defeitos e entraves à propaganda, oferece excelente oportunidade para o discurso e a propaganda partidária. A regra para o uso do horário eleitoral reservou dias alternados para as campanhas majoritárias e proporcionais. Assim, os candidatos à Câmara terão tempo exclusivo, não ficando mais com as sobras de tempo dos candidatos a governador, como ocorreu nos últimos 12 anos. Em 60 dias terão 30 dias para se expor.

Este novo fator poderá alterar as previsões que estão sendo feitas, não só na distribuição de cadeiras entre os partidos líderes mas principalmente na qualidade dos escolhidos. Esta é a hora e a vez dos partidos dizerem à população a que vieram e o que farão no Congresso. Com a exclusividade de propaganda durante dois meses, não poderão mais reclamar da falta de espaço e de interesse por parte da população. Nunca na história os partidos tiveram oportunidade igual.

■ Marcus Figueiredo é doutor em Ciência Política e professor adjunto do Iuperj